

Avaliação da aplicabilidade da metodologia de DRP para parques naturais municipais: uma experiência no Parque Fazenda Lagoa do Nado

Evaluation of the applicability of the DRP methodology on natural's parks: an experiment on Fazenda Lagoa do Nado Park

Caroline Moura¹, Bruna Bacellar Drabowski¹, Silvia Almeida Del Penho Silva¹, Marcelo Schreiber Andrade¹ & Miguel Ângelo Andrade¹

¹ Curso de Ciências Biológicas, PUC Minas Betim, Rua do Rosário, 1081. Bairro Angola. CEP 32.630-000, Betim/ MG carolinemoura87@yahoo.com.br.

ABSTRACT: Municipal parks in addition to its influence as green areas amidst the urban network are areas of recreation, socialization between people and the exercise of citizenship. To keep the daily integrated society we must not lose the goal of participatory management. With the objective of facilitating communication and exchange of ideas between management and the surrounding communities of urban parks, in the present study was an adaptation of the Participatory Rural Diagnosis (PRD). The method was efficient to evaluate the relationship between population and the Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, in addition to the identification of problems related to management and communication with the community. From the self, the management could conjecture solutions and alternatives to the problems identified.

Key words: Municipal Park, Participatory Rural Diagnosis, surrounding community.

RESUMO: Parques Municipais além de sua influência enquanto áreas verdes em meio à malha urbana são áreas de recreação, socialização entre as pessoas e de exercício da cidadania. Para manter-se integrado ao cotidiano da sociedade é preciso não perder a meta de gestão participativa. Com o objetivo de facilitar a comunicação e intercâmbio de idéias entre gestão e comunidades de entorno de parques urbanos, foi realizado no presente estudo uma adaptação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A metodologia mostrou-se eficiente para avaliar a relação entre a população e o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, além de permitir a identificação de problemas referentes à gestão e a comunicação com a comunidade. A partir do autodiagnóstico, a gestão pôde conjecturar soluções e alternativas para os problemas identificados.

Palavras-chave: Parque Municipal; Diagnóstico Rural Participativo; comunidade do entorno.

INTRODUÇÃO

O homem é parte essencial do ambiente, e este, parte essencial do homem. Compreender as relações do homem com o ambiente que o cerca é também compreender a evolução, os sentimentos e a relação que o ser humano possui com o mundo e com os outros seres humanos. O ambiente natural cada vez mais é substituído por ambientes artificiais na preferência de lazer das pessoas. Os parques municipais constituem um dos ambientes naturais sobre o qual é necessário repensar relações, compreender e promover sua importância e ligação com a malha urbana.

Oliveira e Mascaró sintetizam bem a importância dos espaços abertos nos quais os parques se enquadram:

Espaços públicos abertos de lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade de acontecimentos de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre, e manifestações de vida urbana e comunitária que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem estar do homem, além de influenciar no microclima mediante amenização da temperatura, aumento da umidade relativa do ar e absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade. (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007, p.60).

Adicionado a estes fatores, são ainda locais para o exercício da cidadania e resgate de valores. Como abordado em "Mobilização Social", de Bernardo Toro (1996) cidadania e mobilização são conceitos muito próximos e ambos exigem que se tenha em mente o conceito de "público" que pode ser definido como aquilo que convém a todos, orientado para a construção de um projeto futuro e exige dedicação contínua e comunicação. O espaço público precisa ser mentalmente apropriado e incorporado pelo cidadão. Tal incorporação envolve ainda um sentimento de responsabilidade por aquilo que é de todos. De acordo com Jacobi (2003), aumentar a corresponsabilidade do indivíduo é um objetivo essencial para a construção da cidadania e o resgate de seu conceito enquanto direitos e deveres.

Estimular o uso saudável dos parques municipais contribui ainda para evitar o mau uso dessas áreas.

Nas áreas urbanas, o manejo de Unidades de Conservação possui características que ressaltam a necessidade de estudos voltados para a integração da área protegida com as áreas urbanizadas e as áreas rurais, sendo que estas, quando não sobrevivem economicamente com o uso rural, tornam-se alvo de diversos tipos de usos irregulares e clandestinos, de difícil controle por parte do poder público e de impactos à biota, muitas vezes de dimensões imprevisíveis. (MAZZEI *et al.*, 2007, p.34).

Tal premissa é verdadeira para parques municipais. Se a área do parque não é utilizada e integrada com a comunidade pode tornar-se área de usos irregulares, reduto de violência e degradação ambiental.

Um parque municipal para manter-se enquanto um sistema ativo e integrado à sociedade urbana exige esforços tanto do poder público quanto da população, os quais devem enxergá-lo como bem público, de interesse de todos. O manejo, pois, de um parque municipal deve então considerar as perspectivas e percepções da população e promover a integração e comunicação entre gestão e população, de forma que esta se sinta parte do processo e não apenas beneficiária optativa de um serviço que lhe é oferecido.

A compreensão da relação da população do entorno de um parque com o citado ambiente, é uma ferramenta preciosa para a gestão de um parque, a sensibilização dos cidadãos e a abertura de espaço para futuras ações em educação ambiental. O DRP (Diagnóstico Rural Participativo - Miguel Expósito Verdejo, 2006) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. "Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas." (VERDEJO 2006:22).

O presente estudo propõe uma adaptação da metodologia de DRP para parques municipais.

Como objeto de estudo, tomou-se o recorte geográfico do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, popularmente chamado de Lagoa do Nado, e de seu entorno imediato (Figura 1), devido à sua história peculiar, seja no processo de criação, seja no envolvimento da comunidade. Em síntese, na década de 1950, a Lagoa do Nado não existia. O que havia era a fazenda do ex-prefeito Américo René Gianetti, prefeito de Belo Horizonte no ano de 1951. A fazenda era freqüentada principalmente pelas comunidades dos bairros Planalto e Itapuã em visitas autorizadas, ou na maioria das vezes escondidas. Tendo em vista que a comunidade sempre teve relação com o lugar, até a inauguração do parque, em 1994, ocorreram diversas manifestações populares e lutas para conservar a área como um bem público. A partir da conquista da área e da sua inauguração oficial, (Decreto n.º 7173 de 23/03/1992), enquanto Unidade de Conservação surgiram problemas a serem enfrentados. Um deles é de ordem político-administrativa, quando atores sociais, lideranças importantes no processo de mobilização instalado na época, afastaram-se ao ver ações no parque outrora guiadas pela população e associações, serem assumidos pela Secretaria Municipal da Cultura e Secretaria do

Meio Ambiente. Ocorreu um conflito de competências, o qual trouxe prejuízo para a qualidade da gestão do local e da comunicação com a comunidade.

Figura 1 - Parque Fazenda Lagoa do Nado, Belo Horizonte – Minas Gerais.



Fonte: Google Earth - Latitude: 43° 57' 34" W; Longitude: 19° 49' 56" S; Superfície da UC (m²): 300.000 m²

Ocorreu ainda desestruturação do Conselho Consultivo, sob pena de destituição do processo de gestão participativa do parque, processo este significativo em Ucs, cuja tendência é uma tônica assumida nos Parques Estaduais de Minas Gerais.

Momentos de abandono e insegurança ocorreram durante alguns anos embora tenham ocorrido alguns esforços e a atual gestão se preocupou com a reabilitação e abertura do parque para a comunidade. Exemplo disto pode ser visto no projeto "Mensageiros da Água", integração com as universidades, o projeto escola parque, a efetiva participação de grupos da comunidade para o desenvolvimento de atividades ligadas ao esporte, a contemplação, e atividades para melhorar o manejo e conservação do parque. O presente estudo vem somar-se a estes esforços na tentativa de criar um roteiro que permita melhorar a gestão e a integração com a população e os parques municipais, em especial na Lagoa do Nado.

MATERIAIS E MÉTODOS

A adaptação do DRP para parques municipais neste estudo foi pensada para que grupos ligados ao parque, gestão e população do entorno pudessem refletir sobre problemas por eles identificados, partilhar experiências, soluções e mediar a comunicação entre os grupos participantes. De forma geral, pode-se dividir o processo em quatro momentos: a) análise de dados e levantamento bibliográfico a respeito do parque; b) identificação dos participantes e

apresentação da equipe mediadora do processo aos participantes; c) análise da situação atual e seus problemas, potenciais e limitações; e d) busca das soluções viáveis. Entretanto tal divisão refere-se a cada atividade e processo, podendo ser concomitante ou modificada em algum momento.

Não é um processo estático e sim dinâmico e como tal, sujeito a flexibilizações. Os sete passos preconizados no DRP foram levados em consideração.

1-Objetivos

A partir do levantamento bibliográfico a respeito da Lagoa do Nado, foi possível identificar os grupos de interesse do DRP e em conversas prévias com alguns dos grupos, foi possível levantar as principais necessidades e problemas a serem trabalhados no processo. Desta forma, fixam-se os objetivos primordiais do DRP no local.

Os objetivos definidos foram: melhorar a qualidade da gestão, promover a comunicação público-parque, delinear ações para melhorias. É interessante observar que já num primeiro momento, os próprios objetivos, dão a dimensão de problemas e dificuldades a serem superados.

2-Equipe mediadora

No DRP recomenda-se que a equipe mediadora envolva profissionais de diversas áreas. Certamente para que haja mediação mais neutra e competente no processo de comunicação entre grupos e membros de grupos. Entretanto, tratou-se de equipe mediadora composta de estudantes da mesma área. Para suprir tal falha e aprimorar o processo, no levantamento bibliográfico, foram consultados autores de áreas diversas como arquitetura e urbanismo, filosofia, geografia, ciências sociais e biologia. Além disto, buscou-se a contribuição por meio de contatos com profissionais de áreas distintas.

3- Identificação de grupos de interesse

Pelo levantamento de dados, reuniões e principais objetivos do DRP na Lagoa do Nado pôde-se identificar os participantes de interesse do nosso estudo: população do entorno imediato ao parque, membros da Associação Cultural e Ecológica Lagoa do Nado (ACELN) e Gestão do parque.

Este momento é importante para o cumprimento dos objetivos propostos. A depender dos objetivos circunstanciais no parque em estudo, podem-se fixar outros grupos de interesse. Na Lagoa do Nado, seria possível trabalhar com outros grupos: a Escola Municipal Lídia Angélica (a qual é inclusive membro da Comissão Consultiva do parque, faz parte do entorno e do projeto escola parque), com grupos da terceira idade que fazem atividades no local, com associações de moradores dos bairros circunvizinhos ao parque, com o grupo de petequieiros que utiliza as quadras, dentre outros. Entretanto, é preciso ater-se aos objetivos e identificar os grupos mais aptos de acordo com os mesmos. Como os objetivos envolvem melhorar a gestão e a comunicação com o entorno, foram escolhidos a Gestão e a população do entorno imediato. A escolha da ACELN foi devida à grande importância que teve e tem na criação, manutenção e história do parque, no conhecimento que possui em relação a ele e na ligação emocional e racional que a configura enquanto organização não governamental criada para cuidar dos interesses da população e do parque.

No manual do DRP prioriza-se a reunião e encontro dos grupos participantes. Entretanto, em se tratando de grupos diversos como o do estudo em questão, tal reunião não se torna viável. Pois, ao mesmo tempo em que trabalhamos com grupos pontuais como a gestão e a ACELN, envolvemos um grupo maior e mais disperso como a população do entorno do parque. Além disso, embora morando muito próximas ao parque, as pessoas podem não ter ligação íntima com a área e o conhecimento necessário ao alcance de alguns dos objetivos propostos. Quando se trabalhar com grupos menores ligados a parques, é possível sim a reunião entre os mesmos. A despeito deste fato, as informações devem ser socializadas e divulgadas entre os grupos.

4- Escolha das ferramentas

Segundo o DRP, as ferramentas do diagnóstico devem ser escolhidas de acordo com a contemplação dos seguintes fatores: as ferramentas preferidas pelos participantes, as que correspondem às necessidades de informação que se deve obter e de acordo com as informações que já existem. Com base nisso, foram definidas: entrevistas semi-estruturadas, calendário histórico, árvore de problemas e cenário de alternativas. Além destas ferramentas, optou-se por um questionário para viabilizar a participação do entorno próximo que compreende duzentas casas.

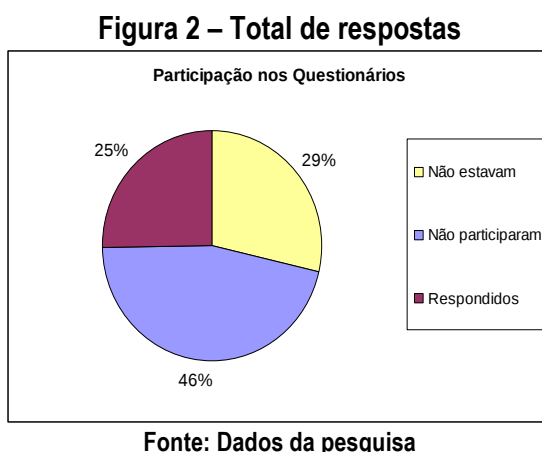
5- Definição dos locais de reunião e atividades

Os locais foram escolhidos de forma que facilitassem a participação dos envolvidos e tornassem o processo agradável. Para as entrevistas, locais informais e amistosos como cafés e o próprio ambiente do parque a céu aberto. Para as outras atividades, a sede da ACELN, o parque e a rua (no caso do questionário).

RESULTADOS /DISCUSSÃO

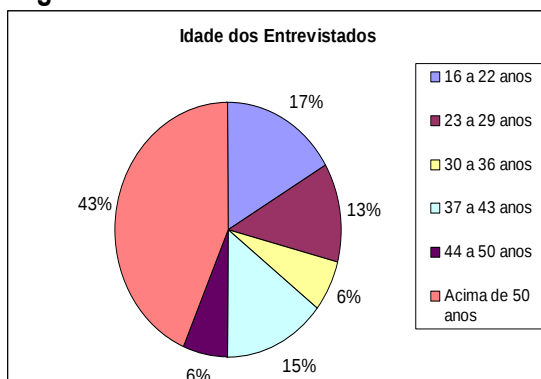
A aplicação dos questionários mostrou-se uma ferramenta eficiente para avaliar o nível de ligação e de interesse das pessoas para com o parque urbano. Como citado por Mendonça (2007, p.123) "A forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionado às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções." Neste sentido, a forma e tratamento de um parque envolvem as pessoas a ele ligadas ou próximas.

O questionário foi dirigido ao entorno imediato do parque, que correspondia a duzentos estabelecimentos contados pelo gestor do parque. Entretanto, ao longo do trabalho foi constatado que oito deles não correspondiam a residências. Três eram estabelecimentos comerciais, três escolas e duas construções. Duas casas estavam à venda e uma abandonada, as três sem moradores, portanto. Nas 189 residências restantes, em 54 os moradores não estavam presentes nos dias em que os entrevistadores passaram. Por diversos motivos, em 87 casas, os moradores não receberam os entrevistadores. Os motivos incluíram desde falta de tempo até a alegação problemas de saúde. No total, 48 questionários foram respondidos (Figura 2).



Em termos de idade dos entrevistados, achou-se por bem agrupar de 4 em 4 anos dos 16 aos 50 anos e categoria acima de 50 anos. A maioria, 43% corresponde à faixa acima de 50 anos, (Figura 3).

Figura 3- Faixa de idade dos entrevistados



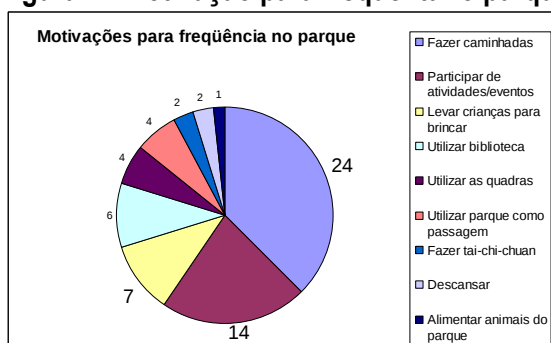
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao tempo de residência no bairro, 62,5% moram na região há mais de 20 anos.

Questionados se freqüentavam ou não o parque, 68,75% responderam que sim, enquanto que 31,25% disseram não freqüentar o parque.

Os que afirmaram freqüentar o parque foram indagados a respeito dos motivos ou atividades pelos quais o faziam, sendo que mais de uma atividade poderia ser enumerada. A atividade motivadora mais votada foi a realização de caminhadas com 24% dos votos. Em segundo lugar, com 14%, participar de atividades e eventos que ocorrem dentro do parque e em terceiro lugar, com 7%, levar crianças da família para brincar (Figura 4).

Figura 4 - Motivação para frequentar o parque

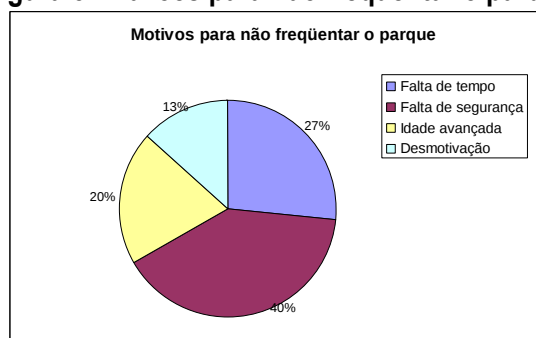


Fonte: Dados da pesquisa

Aos que responderam não freqüentar o parque, foi pedido que escolhessem uma razão pela qual não o faziam. Esta questão era livre, entretanto as respostas coincidiram de forma que foi possível agrupá-las. Interessante citar que nesta questão, a maioria (60%) afirmou que

freqüentou, mas já não freqüenta mais o parque. E 83,3% dos que se referiram ao problema da falta de segurança, pararam de ir ao parque há pelo menos quatro anos. Os que se referiram à falta de segurança correspondem a 40%. Em seguida o motivo mais enumerado para não ir ao parque foi a falta de tempo devido às atividades diárias, somando 27%. Em terceiro lugar foram apontadas limitações próprias da idade avançada (20%). Em quarto lugar, desmotivação (13%) (Figura 5).

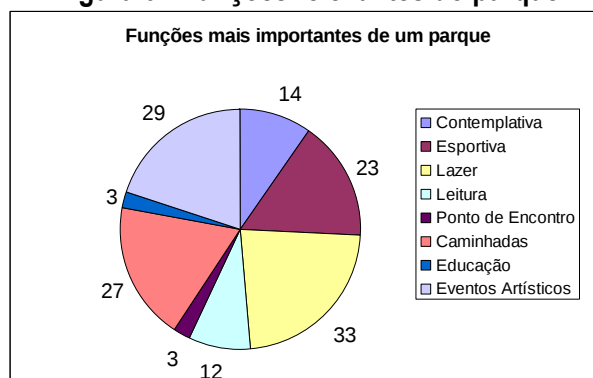
Figura 5 - Razões para não frequentar o parque



Fonte: Dados da pesquisa

A respeito de três funções que as pessoas consideram mais relevantes para um parque municipal, as mais votadas foram lazer com (33%), eventos artísticos e culturais (29%) e em terceira posição função esportiva (23%). Educação e Ponto de Encontro foram as opções menos votadas, com três votos cada uma (Figura 6).

Figura 6 - Funções relevantes do parque



Fonte: Dados da pesquisa

Em pesquisa anterior, Martins (2002) realizou um trabalho semelhante para avaliar a percepção dos moradores, dez anos após a implantação do parque. A idade dos moradores entrevistados não variou, sendo 60% entre 30 e 60 anos de idade. Segundo a pesquisa realizada em 2002, a maioria residia a mais de vinte anos no bairro, o que significa que o perfil dos

moradores manteve-se praticamente a mesma de 2002 a 2009. À época das entrevistas de Martins, 76,6% afirmavam freqüentar o parque, no atual trabalho, a porcentagem caiu para 68,8%. Quanto aos motivos da não freqüência, no trabalho de Martins, 23,3% afirmou medo devido à falta de segurança contra 40% no ano de 2009. Falta de tempo também foi apontada como das principais razões para não ir ao parque, fato que ainda persiste. O fato relevante no presente trabalho, é que a maioria que se referiu à falta de segurança não freqüenta o parque há pelo menos quatro anos. Tal fato coincide com o período anterior à atual gestão. Ou seja, o problema pode não existir mais ou não ser mais tão grave por causa das ações que foram tomadas na presente gestão para melhorar a segurança, ainda que de forma indireta. Um exemplo a ser citado é o projeto escola parque com a Escola Municipal Lídia Angélica. O estímulo ao uso da área pela escola é uma forma de manter o parque ocupado por pessoas em atividades saudáveis desestimulando o mau uso da área. No trabalho de Martins, funcionários da escola relatam que no ano de 2003, não utilizaram a área do parque para atividades da escola em função da falta de segurança. Portanto, a atual constância de uso por parte da escola é um avanço na apropriação do parque pela comunidade. Outra ação que corrobora com isso são os ensaios diários da banda da guarda municipal no parque. A questão da falta de segurança é um problema generalizado. Neste sentido, Mendonça (2007), afirma que o potencial de abrangência quanto à apropriação dos espaços públicos vem sendo fortemente cerceado pela difusão de medos associados à violência urbana. Como alternativas a isso, há a enorme difusão de ambientes fechados e controlados por aparatos de segurança como opções de lazer.

O entorno do parque é caracterizado por moradores antigos e mais idosos. A partir desses dados, é possível um melhor planejamento da gestão de forma a atender e estimular a participação do público com este perfil.

Interessante observar que dentre as opções de função de um parque, as respostas menos votadas foram acerca do ponto de encontro e educação. Este resultado reflete o tipo de relação que se tem com os parques. As funções menos votadas são importantes, pois refletem relações mais profundas e laços mais fortes com a área. Educação e relações sociais são atividades diárias, e se integradas a um parque, este também se integra ao cotidiano do indivíduo.

Outro dado que permanece praticamente inalterado de 2002 até o presente, é a falta de comunicação das atividades culturais que ocorrem dentro do parque para o entorno imediato. Como citado por Clair Benfica, membro da ACELN, no trabalho de Martins, depois da implantação oficial do parque ninguém mais recebia informações ou folders sobre os eventos. Muitos afirmaram no trabalho daquele ano que ficavam sabendo das atividades comumente no

dia seguinte, pela televisão. A comunicação até 1992 era feita pela ACELN com ajuda da comunidade. Em seguida, as atividades culturais foram assumidas pelo Centro Cultural Lagoa do Nado, da prefeitura de Belo Horizonte. Desde então, a comunicação tem deixado a desejar, a concluir pelos dados pesquisados.

As outras ferramentas do DRP preconizadas neste estudo estão em processo de realização, entretanto algumas alternativas já foram vislumbradas pelos participantes. Ficou claro a necessidade de melhorar a comunicação com a população do entorno. A princípio, pensou-se em comunicação via internet, por ser uma ferramenta de fácil acesso a todos. Entretanto há que se considerar a quem se dirigem as idéias, pois a única alternativa não será suficiente no caso da Lagoa do Nado, pois muitos afirmam não utilizar a internet, fato comum em pessoas com idade mais avançada. Para este público, a comunicação deveria envolver algo intimista, não comunicação virtual.

Outra alternativa, para melhorar a gestão e facilitar estudos que colaborem com isto, foi a catalogação e reunião de trabalhos acadêmicos a respeito da Lagoa do Nado. Envolver o meio acadêmico é uma forma de manter o parque como alvo de interesse e de cuidados. Há muitos trabalhos preciosos envolvendo o parque, entretanto, os trabalhos não se encontram em lugar de fácil acesso, cada um está em um local diferente e muitos correm o risco de se perderem para sempre.

Mais um ponto de convergência das idéias dos participantes do DRP adaptado, refere-se ao desafio de desenvolver um sentimento de toponímia na população para estimular a apropriação do espaço público. Uma das formas é o calendário histórico. Por meio dele, a população poderá conhecer a história do parque e sua ligação com o ser humano, em particular com as pessoas próximas fisicamente ao parque.

CONCLUSÃO

Gestão participativa é idéia chave na manutenção e apropriação do espaço público. A partir do momento em que o cidadão sente-se também responsável por uma área, desenvolve laços de afetividade com a mesma. Os espaços públicos são primordialmente áreas de lazer. Exercem segundo Ely *et al.* (2006), função social (à medida que proporcionam encontro e lazer e promovem socialização dos indivíduos), função organizacional (organizam a infra-estrutura da cidade e configuram o desenho urbano), função ecológica (estruturam áreas de proteção ambiental) e função cultural (já que fortalecem a identidade local). Entretanto, as funções citadas estão perdendo a importância devido às transformações sociais, culturais e espaciais que a

sociedade contemporânea vem sofrendo. "O modo de vida da sociedade e a funcionalidade das cidades têm sofrido profundas transformações devido à globalização da economia e da comunidade, gerando reflexos na estrutura física e na ambiência urbana." (Oliver e Mascaró, 2007, p.60). Uma dessas transformações é a troca do espaço público pelo espaço privado e fechado, resultante do medo da violência. Outra é o isolamento crescente do indivíduo e a perda de senso de coletividade. As transformações citadas configuram desafios para a manutenção das áreas públicas.

Referente às gestões de parques municipais, o desafio é a quebra de gestões. De acordo com Basgal (2006), as gestões municipais sem quebra de continuidade, foram responsáveis pelo sucesso da cidade de Curitiba em termos de gestão urbana, meio ambiente e transporte coletivo.

Pode-se concluir então a parceria necessária entre prefeitura e população para o sucesso de ações relativas ao meio ambiente e manutenção de parques municipais. O DRP mostrou-se eficiente para avaliar as relações população-parque, identificar problemas e soluções para melhorar a comunicação entre ambos, intercambiar relações e idéias entre gestores e comunidade, além de proporcionar soluções para aprimorar a gestão.

REFERÊNCIAS

- BASGAL, D. M. O.; BLANC, P. F. Parques urbanos e a função sócio ambiental da propriedade na cidade de Curitiba. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 4, 2006, São Paulo. **Desafios para o direito urbanístico brasileiro no Século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2006.
- ELY, V. H. M. B. et al. Projeto de espaços livres públicos de lazer para todos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS PET, 11, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania, sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, 2003.
- MARTINS, L.M. **Parque Municipal, Fazenda Lagoa do Nado**: a visão dos moradores vizinhos dez anos após sua implantação 2002, 52f. Monografia (Conclusão de curso) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte.
- MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D.G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 33-43, jun. 2007.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.
- OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, 1996.104 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: um guia prático. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.